

**17. PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO – TRANSFERÊNCIA DE
COMPETÊNCIAS – DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL – NÃO ACEITAÇÃO
DAS COMPETÊNCIAS DAS COMPETÊNCIAS PARA O ANO DE 2021:**

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, proposta relativa ao processo de descentralização – transferência de competências no âmbito da ação social, a não aceitação das competências para o ano de 2021, nos termos do Decreto-Lei nº. 55/2020, de 12 de agosto.

PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS

DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL

NÃO ACEITAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS PARA O ANO DE 2021

1. A Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, aprovou a Lei-Quadro da Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.
2. O artigo 4º desta Lei-Quadro, sob a epígrafe “*Concretização da transferência das competências*”, determina, no seu nº 1, que “*A transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas legais e de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa*”.
3. O mesmo artigo 4º, no seu nº 2, estabeleceu que a transferência das novas competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais seria efetuada em 2019, contemplando a opção pelo exercício gradual das competências transferidas, não as aceitando quanto aos anos de 2019 e 2020.
4. Na sequência das várias informações prestadas pelos serviços municipais no âmbito dos diplomas setoriais publicados, foi aprovado em Assembleia Municipal, sob propostas da Câmara Municipal, a não aceitação das competências constantes daqueles diplomas legais, relativamente aos anos de 2019 e 2020.
5. Tendo também já sido deliberada a aceitação de algumas, para o ano de 2021.
6. No domínio da **Ação Social**, a transferência das competências foi concretizada pelo **Decreto-Lei nº 55/2020, de 12 de agosto**.
7. Relativamente ao ano de 2021, o artigo 24º, no seu nº 2, refere que os municípios e entidades intermunicipais que não pretendam assumir as competências previstas no referido decreto-lei podem fazê-lo mediante comunicação desse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 60 dias após a publicação, no Diário da

R.

República, do despacho previsto no n.º 3 do artigo 16.º e das portarias referidas nos artigos 10.º e 11.º

8. Embora não tenha ainda sido publicado o despacho referido, foram já publicadas, no passado dia 17 de março, as Portarias, a saber: Portaria n.º 63/2021, que regula os termos de operacionalização da transferência de competências, em matéria de serviço de atendimento e de acompanhamento social (SAAS), a Portaria n.º 64/2021, que define o exercício de competências de coordenação administrativa e financeira do programa de contratos locais de desenvolvimento social (CLDS), a Portaria n.º 65/2021, que estabelece os termos da operacionalização da transição de competências em matéria de celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do RSI e a Portaria n.º 66/2021, que regula a criação das Cartas Sociais Municipais e Supramunicipais.
9. Assim, e conforme referido, embora não tenha sido ainda publicado o despacho previsto no n.º 3 do artigo 16º do citado diploma, entende-se conveniente proceder já à comunicação à DGAL, a não aceitação das competências em causa, para o corrente ano, tendo em conta que os motivos subjacentes à recusa, não se vão alterar com a publicação do despacho.
10. Quer por se saber já que os presentes diplomas legais terão uma significativa interferência nos respetivos serviços, com um forte impacto organizacional, designadamente de natureza funcional e financeira – reclamando o reforço de recursos humanos e técnicos – visto que obrigará, entre outros, a estudar e definir novos procedimentos e a disponibilizar recursos tecnológicos necessários à execução dos novos serviços.
11. Quer porque será assim crucial, desenvolver um estudo detalhado que permita identificar os impactos mais relevantes que o processo vai implicar, sobretudo no que respeita aos compromissos futuros decorrentes de recursos financeiros e patrimoniais e de recursos humanos.
12. Quer, porque este Município procura sempre assegurar a melhor qualidade dos serviços prestados aos cidadãos no âmbito da ação social, entende-se útil prorrogar o prazo de aceitação das competências nesta área.
13. Em conformidade, e considerando:
 - a. Que as novas competências terão um forte impacto organizacional, designadamente de natureza funcional e financeira, implicando também

R.

- o reforço de recursos humanos e técnicos, cuja dimensão não é possível de determinar nesta fase;
- b. Que é importante que, durante o ano de 2021, seja recolhida informação de modo a preparar convenientemente os serviços municipais, uma vez que em 2022 estas competências serão transferidas para o Município com carácter obrigatório.
14. Conclui-se que não se encontram reunidas as condições para ser tomada uma decisão de aceitação das competências em causa, já com efeitos a 2021, uma vez que é necessário conhecer o impacto que essas competências irão provocar nos serviços, que sempre implicará um processo prévio de preparação e organização da estrutura funcional, bem como uma maior informação sobre a concretização desta transferência, que não é possível obter no curto espaço de tempo concedido, sobretudo pelo carácter de instabilidade gerado pela pandemia que vivemos.
15. Nestes termos, e ao abrigo da possibilidade concedida pelo nº 2 do artigo 24º do **Decreto-Lei nº 55/2020 de 12 de agosto**, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal que o Município de Braga **não pretende a transferência, no ano de 2021, das competências no domínio da ação social.**

Braga, 18 de maio de 2021

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA,



(Ricardo Rio)